



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional.

Sub-eixo: Fundamentos históricos e teórico-metodológicos.

REPRODUÇÃO SOCIAL, SERVIÇO SOCIAL E CONSERVADORISMO NAS TRILHAS DO COTIDIANO

NESTOR GOMES DUARTE JUNIOR¹
VINICIUS PAULINO LOPES DA SILVA²
JADER JUVINO DA SILVA³

Resumo: Aborda-se os dilemas contemporâneos do serviço social brasileiro, cujos principais resultados indicam uma forte incidência do movimento de reestruturação produtiva do capital, norteado pelo conservadorismo, desde a década de 1970 até a atualidade sobre o serviço social, destacando-se dois aspectos centrais, a potencialização do tecnicismo na formação profissional e o desmonte das políticas sociais. Pode-se concluir que tal incidência fomenta uma disputa de projetos societários no âmbito da cultura profissional e que o fortalecimento das entidades representativas associado à produção de pesquisas no campo da crítica marxista, são fundantes para a sustentação e fortalecimento do projeto ético-político profissional.

Palavras-chave: Reprodução Social; Serviço Social; Conservadorismo; Práxis Profissional.

Abstract: It article address the contemporary problems of the Brazilian social service, whose the main results show the strong incidence of productive restructuring movement of the capital, guided by the conservatism since 1970 until actuality on the social service, show two central aspects, the enhancement of potentialization of tecnicism in vocational training and the dismantling of social policies. It can be concluded that this incidence promotes the dispute of social projects within the professional culture and that the strengthening of the representatives entities relationship with the productions research in the space of Marxist criticism, are foundations to build the strong of ethical- political project.

Keywords: Social Reproduction; Social Service; Conservatism; Professional Praxis.

1. INTRODUÇÃO

A produção de sínteses que versam sobre o cotidiano e os desafios do fazer profissional dos/as assistentes sociais no Brasil, é um dos eixos centrais no cenário da pós-graduação em Serviço Social, e constitui-se importante dimensão da formação da cultura profissional.

Trata-se de evidenciar aspectos exógenos à profissão, como os determinantes políticos e macroeconômicos, que dão o tom a sociabilidade burguesa, bem como os traços endógenos relativos à formação profissional, ao

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: <nestorduarte10@yahoo.com.br>

² Estudante de Graduação. Universidade de Pernambuco.

³ Estudante de Graduação. Centro Universitário Maurício de Nassau.

cotidiano do trabalho dos assistentes sociais, e as estratégias de organização, luta e prospecção de superação das pejejas insurgentes.

Não obstante, o ensaio apresentado expressa algumas reflexões no lastro desses desafios e pejejas, que se renovam e se reatualizam, mormente, para a classe trabalhadora e, por extensão, para o serviço social.

Assim, procura-se estabelecer, nos limites de um artigo científico, algumas sínteses acerca da sociabilidade na ordem burguesa e os desafios contemporâneos para a categoria dos assistentes sociais. Considera-se, a partir da relação Capital/Trabalho, dois núcleos centrais de análise, no primeiro ressalta-se a lógica da “inclusão” da classe trabalhadora, amplamente difundida durante os mandatos dos ex-presidentes brasileiros Lula e Dilma (2003 - 2016).

No segundo núcleo parte-se da singularidade das novas configurações do capital no aparelho estatal brasileiro, por ser nessa seara a materialização da vivência profissional da maioria dos assistentes sociais, seja em esfera municipal, estadual ou federal⁴.

Em aproximações sucessivas com os aspectos fundantes dos dois núcleos apresentados, sobressalta-se, no primeiro, a *massificação da formação profissional em Serviço Social*, sobretudo em cursos de graduação na modalidade à distância com repercussões diretas no perfil da formação e ao final do profissional graduado. Já no segundo, a precarização das formas de contratação, sobretudo nos municípios⁵, com grande parte de contratações por meio de cargos comissionados ou processos seletivos para contratos temporários, ou ainda por meio de pregão de tomada de preço, onde contrata-se o profissional que apresentar o menor preço diante do trabalho disponível. Inerente a este segundo núcleo, pode-se citar o esvaziamento estrutural dos serviços, o que tende a inviabilizar as respostas profissionais, frente às demandas apresentadas pelos usuários.

⁴ Estudo do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) apontou que cerca de 80% dos assistentes sociais empregados no país, mantinha como principal vínculo emprego no setor público. (CFESS, 2006) Disponível Em: <http://www.cfess.org.br/pdf/perfilas_educavirtual2006.pdf> Acesso em 10/01/2018;

⁵ Dados do censo da educação superior publicado em 2015 informam um total de **172.569 matrículas nos cursos de Serviço social pelo Brasil**, das quais 75.931 em cursos presenciais (18.766 em instituições públicas e 57.165 em instituições privadas) e 96.638 em cursos na modalidade à distância. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>> Acesso em: 18/01/2017.

Diante do quadro descrito, suspeito que em caráter mediato, no que tange a cultura profissional – considere-se o adensado da produção teórica, das intervenções políticas, por meio das entidades (ENESSO, CFESS e ABEPSS) e do arsenal interventivo da profissão – os desdobramentos dos processos em evidência proporcionam, a sobrevalorização da tecnificação da profissão, o conseqüente esvaziamento das dimensões teórico-metodológica e ético-política da formação e do fazer profissional, com forte tendência ao esvaziamento de reflexão crítica.

Ressalta-se que essas características se alimentam das relações sociais próprios da sociabilidade burguesa e enraíza-se na disputa ideo-política do Serviço Social, seja nos espaços acadêmicos ou na execução mais direta de políticas e serviços em que atuam os assistentes sociais.

Fato é, que, conforme afirma Netto (2016), “atrofia-se o labor histórico-analítico que tem por objeto o processo de constituição e, especialmente, do desenvolvimento recente do nosso serviço social”. (p.65) esse labor é constitutivo do lastro sustentador do projeto político hegemônico em voga na profissão e, tem nesta crescente tendência conservadora entre os profissionais seu principal contraponto.

Muito embora, sob a égide do pluralismo – princípio basilar do código de ética profissional – sustente-se o campo conservador, não se pode falar em decaída ou erosão das bases da profissão, forjadas no materialismo histórico dialético, entretanto, a consolidação da pós-graduação, o adensamento de produções acadêmicas e de pesquisas de alta qualidade no bojo da profissão (nos termos de Mota, 2016), remontam um processo de afirmação e resistência desta vertente crítica.

Assim, para maior sobriedade na apropriação dos fenômenos, ora perquiridos, há uma remissão ao movimento de fundo das relações sociais, sustentado na relação: produção e reprodução social, a partir do contexto em que se inserem as conquistas da construção histórica do serviço social e os desafios latentes ao cotidiano dessa categoria de trabalhadores.

Na clareza da possibilidade de construção de notas e pistas sutis sobre o tema proposto, o presente artigo estrutura-se com esta introdução, o item dois,

que destaca os aspectos da produção e reprodução social, imbuídos nos liames do capitalismo contemporâneo.

Já no terceiro item debruça-se sobre os traços do neoliberalismo e suas implicações na realidade brasileira e o quarto item destinado a pensar sobre os aspectos mais particulares dos desafios da profissão, com reflexões sobre os dilemas do cotidiano profissional considerando os devidos nexos entre suas particularidades e o movimento geral das relações sociais, além de algumas considerações sobre o tema.

2. O CHÃO DA HISTÓRIA: produção e reprodução social na contemporaneidade

O nível de complexidade que atingiu o desenvolvimento das forças produtivas, na contemporaneidade – acender das luzes do século XXI – é legatário de profundas transformações no modo de ser, de agir, de constituir-se ser social dos sujeitos submetidos a esta ordem burguesa. Tal fato pode ser evidenciado pelo avanço das ciências e larga utilização das tecnologias da informação e comunicação (TIC's) no processo produtivo, o que remete a análise de Lukács (2003), de que enquanto mais desenvolvido o processo de trabalho, tanto mais coletivizado ele se torna e menos propriedades qualitativas individuais percebe-se ao final da produção, ao passo que se potencializa sistematicamente o estranhamento do trabalhador diante do produto final (LUKÁCS, 2003).

Nesse sentido, Marx (2010), em manuscritos econômico-filosóficos⁶ explica o processo do estranhamento do trabalhador diante do sistema de dinheiro a partir das interconexões entre “propriedade privada, a ganância, a separação de trabalho, capital e propriedade da terra, da troca e concorrência, de valor e desvalorização do homem[...]” (MARX, 2010, p. 80). É, para o Marx, esse conjunto de aspectos que fundam as relações sociais de produção e circulação de bens e mercadorias e ao seu ver, nesse circuito “o trabalhador torna-se mais pobre quanto mais riqueza produz”(idem) sendo que, ao produzir

⁶ Texto escrito em 1844, como sequência dos textos filosóficos de Marx, os manuscritos marca uma espécie de guinada nas preocupações do autor que transita da dimensão filosófica, sob forte influência das teorias de Hegel e Feuerbach, para a econômica política.

a mercadoria, aplicando sua força de trabalho, sob os auspícios do seu empregador, o trabalhador se reproduz enquanto mercadoria, e ao mesmo tempo em que produz riquezas, vê-se despossuídos delas, pelo simples fato de adentrar ao processo por meio da venda de sua força de trabalho, outorgando a outrem o direito de se apropriar do que ele produz em determinado tempo do seu dia.

Assim, Marx (2010), afirma “O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria”. (MARX, 2010, p. 81). Como chave desse processo o autor destaca a valorização ao mundo das coisas em detrimento do mundo dos homens e a mediação elementar para essa transição é a generalização da “mecanização racional e da calculabilidade,” esses dois aspectos transitam do chão da fábrica para “abarcar todas as esferas da vida”. (LUKÁCS, 2003, p.207)

Neste ínterim, há a dominação do homem pelo produto do seu trabalho. E sendo assim se opera uma relação “fantasmagórica” do valor da mercadoria definida por Marx (2016, p.94) como “fetichização” da mercadoria, que “parecem dotados de vida própria, figuras autônomas que mantêm relações entre si e com os seres humanos” e repercute com veemência nas relações sociais, sejam pelos fatores diretos operados a partir das novas e degradantes condições de trabalho, ou por fatores da legitimação da classe burguesa enquanto detentora do poder econômico e conseqüente sobrepujamento desta nas relações público-estatais. Este fenômeno é definido como “reificação”.

É clara a estreita relação havida entre as esferas da produção de bens e riquezas (a indústria, comércio e serviços que lastreiam a economia) e a esfera da reprodução social (família, religião, educação, política que dão o tom à vida social), no entanto, os contornos da retroalimentação entre as dimensões da produção e reprodução social tem, historicamente, entornos do fetichismo da mercadoria e da reificação social.

Ou seja, o modo como às classes sociais são induzidas a pensar e agir, difundido pela hegemonia burguesa, pauta-se na omissão da relação entre as relações econômicas e condições de classes, bem como das reais bases estruturadoras da relação capital trabalho. Portanto, basta aos trabalhadores

assimilarem “seu trabalho”, “sua família”, e tudo o mais o que lhe dizer respeito a “vida privada”.

Faz-se salutar destacar as alterações de rumo na normalidade que sustenta o processo ora descrito, trata-se das crises estruturais inerente ao capital, que, de acordo com Marx e Engels (2010) relacionam-se aos excessos de produção e comercialização e, com isso, entra em colapso toda a cadeia envolta no processo. Embora as crises tenham origem no núcleo duro dos circuitos da produção e circulação do capital, aparece na “pseuconcreticidade” em que “o fenômeno indica a essência e ao mesmo tempo, a esconde” (KOSIK, 2002, p. 15), muito mais as consequências do que da origem e natureza própria delas.

Nessa direção a crise do capital dos anos 1970 constituiu-se uma das maiores crises mundiais da acumulação capitalista, de acordo com Antunes (2009), seus sinais mais evidentes foram:

1) queda da taxa de lucro[...]ocasionada pelo aumento do preço da força do trabalho[...] intensificação das lutas sociais[...] a conjugação desses elementos levou a uma redução dos níveis de produtividade do capital, acentuando a tendência decrescente da taxa de lucro; 2) o esgotamento do padrão de cumulação taylorista/fordista de produção[...] dado pela incapacidade de responder à retração do consumo que se acentuava. Na verdade, tratava-se de uma retração em resposta ao desemprego estrutural que então se iniciava; 3) hipertrofia da esfera financeira[...] colocando-se o capital financeiro como um campo prioritário para a especulação, na nova fase do processo de internacionalização; 4) maior concentração de capitais[...] 5) crise do *welfare state* ou do “Estado de bem-estar social” e dos seus mecanismos de funcionamento, acarretando a crise fiscal do estado capitalista e a necessidade de retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado; 6) incremento acentuado das privatizações, tendência generalizada às desregulamentações e à flexibilização do processo produtivo, dos mercados, força de trabalho, entre tantos outros elementos[...] (ANTUNES, 2009, p. 31/32)

A associação desses elementos praticamente implodiu o padrão vigente de organização das relações de produção, e não foi esta crise que sinalizou como possibilidade real de investida da classe trabalhadora pela superação do capitalismo, esta crise foi exatamente a porta de entrada para o modelo neoliberal com base em “menos Estado, mais mercado e a superação das regulações do trabalho e de qualquer controle do capital” (MOTA, 2012, p. 33).

Desse processo, iniciado nos 1980 até a atualidade, implica em uma reorganização da relação capital/trabalho⁷, cujos principais aspectos para a classe trabalhadora, de acordo com Antunes (2009), foram a desregulamentação de direitos trabalhistas nos ramos da indústria e de serviços, fragmentação da classe trabalhadora, precarização sob forma de terceirização de mão de obra, a indução ao sindicalismo dócil ou sindicalismo parceiro, com poucos traços de resistência classista (ANTUNES, 2009, p.55).

Assim, o padrão Toyotista/Japonês de produção, baseado na oferta estritamente sob demanda, adquiriu status mundial com a plataforma da crescente aplicação das tecnologias ao processo produtivo, capacidade de intensificar a exploração do trabalho, de exercer forte controle sobre a organização sindical, além da nova tendência aplicada ao processo de internacionalização do capital, com prioridade para os mercados de ações e capital financeiro, no mundo virtual dos bancos em alusão ao mito gerador, do dinheiro que “gera” dinheiro, sob forma do juro advindo de tais investimentos⁸. Somado a todos esses aspectos, demarca-se a velocidade de resgate pautados em ideologias da pós- modernidade, aguçadas no distanciamento social crítico das relações sociais abrindo caminhos ao subjetivismo superficial conservador e reificando as contradições da vida social.

Assim como na esfera da produção, paira o modelo Toyotista, na seara da reprodução encampa-se a bandeira do neoliberalismo, em que se retomam os valores do liberalismo clássico vivenciados, vigorosamente nos países europeus no final do Século XVIII, contrapondo-se ao Estado de Bem-Estar. Ou seja, previa-se um Estado menos aplicado em intervir nos problemas sociais, Harvey (2008), considera o neoliberalismo:

[...] em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem estar humano possa ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por

⁷ Temática amplamente discutida em MOTA (1998), A NOVA FÁBRICA DE CONSENSOS: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao serviço social; IAMAMOTO, O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional - 13 ed. São Paulo, Cortez 2007; ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho, São Paulo, Cortez – 5 ed. 1998.

⁸ Para maior aprofundamento da temática, consultar: lamamoto (2011), especificamente o item 2.3 do capítulo I “O capital fetiche” e Braz e Netto (2010) “ECONOMIA POLÍTICA: uma introdução crítica”

sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem que garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro [...] As intervenções do estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num mínimo [...]. o processo de neoliberalização, no entanto, envolveu muita 'destruição criativa', não somente dos antigos poderes e estruturas institucionais (chegando mesmo a abalar as formas tradicionais de soberania do Estado), mas também das divisões do trabalho, das relações sociais, da promoção do bem-estar social, das combinações de tecnologias, dos modos de vida e de pensamento, das atividades reprodutivas, das formas de ligação à terra e dos hábitos do coração". (HARVEY, 2008, p 12-13).

O discurso dessas liberdades individuais mistifica a lógica implícita na proposição do sistema, pois enquanto uns poucos possuem as capacidades plenas para ingressar nesse "novo" formato competitivo, com o Estado sendo aparelho de dominação na sociedade de classes por um lado, abarca o maior poder valorativo ao capital e sua reprodução e por outro, segrega os trabalhadores com a expropriação da força de trabalho sem a garantia de direitos.

3. O neoliberalismo à brasileira e as implicações no Serviço Social

Interessa abordar a singularidade dessas novas configurações do capital no aparelho estatal brasileiro, por ser nessa seara a materialização da vivência profissional da maioria dos assistentes sociais, seja em esfera municipal, estadual ou federal. De modo que, nos marcos da Constituição Federal de 1988, gesta-se, em todo o país uma série de serviços e equipamentos públicos para a oferta de serviços, decorrentes dos direitos sociais assegurados no texto constitucional, contudo, em movimento paralelo a essa "expansão do Estado", em 1995 o presidente Fernando Henrique Cardoso lançou o Plano de Reforma do Estado Brasileiro, com o mote de Modernizar a máquina pública para otimizar os resultados dos serviços, o que implicou na incorporação de princípios das organizações privadas no setor público, como controle de qualidade, o trabalho relacionado a metas e resultados, além de adotar-se como político o enxugamento financeiro das políticas sociais.

Outrossim, esses aspectos não são estáticos da conjuntura dos anos 1990, mas, são recorrentes nos governos brasileiros nos anos 2000, de modo

que há uma “tendência geral a restrição e redução de direitos sob o argumento da crise fiscal⁹” que, numa linha tênue e contraditória, gera para o assistente social em seu local de trabalho uma sobreposição de demandas por serviços sócio-assistenciais. Isto, por partir-se do suposto do Estado como principal empregador dos assistentes sociais (ver nota de rodapé nº 1).

Nesse diapasão, considera-se a) a organização do trabalho no país e b) a estratégia do Estado no trato com a política de educação superior brasileira, como traços decorrentes da ação do Estado, nos moldes neoliberal, particularmente nos idos dos governos dos ex-presidentes Lula da Silva (2003 – 2011) e Dilma Rousseff (2011 – 2016), por serem esses dois eixos interlocutores diretos ou indiretos da conformação da cultura profissional do serviço social.

No aspecto da organização do trabalho, a flexibilização toma forma por meio da terceirização, que se faz latente e, é notório quando fazemos um comparativo entre os índices dispostos nos relatório anuais do setor de serviços no Brasil dos anos de 2004 e 2014, ocorreu um salto de 885 mil para 1,3 milhões de empresas nesse ramo, com receita líquida variando de 381 bilhões para 1,4 trilhão, por sua vez o número de ocupados no setor saltou de 7 milhões para 13 milhões.(IBGE, 2005; IBGE, 2015;).

Os dados reiteram a perspectiva de crescimento da contratação indireta por meio de pequenas e médias empresas para execução de serviços, antes operados por trabalhadores fixos da empresa requisitante da mão de obra, fato que incide diretamente na flexibilidade na forma de vínculo desse trabalhador, que agora, se estabelece por meio de contrato temporário, em sua maioria, passando a depender da necessidade da empresa maior; já os rendimentos salariais, são menores do que os dos trabalhadores de vínculo permanente, em que muitas vezes são pagos de forma diferenciada para o desempenho das mesmas atividades.

Essa tendência torna-se cada vez mais consolidada, a partir da aprovação da Lei nº 13.429/2017 – Presidência da República, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas bem como das as relações de

⁹ “sob o argumento ideológico da ‘escassez de recursos’ e de conter o déficit público, como no caso brasileiro a volta da inflação [...] assim promove-se, do ponto de vista fiscal, uma mudança de pauta regressiva, que atinge especialmente os direitos e as políticas sociais”. (BEHRING, 2009, pág.76), *In*: CFESS: Serviço Social Direitos e Competências Profissionais.

trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros, popularmente conhecida como a lei da terceirização irrestrita¹⁰.

Por outro lado, merece evidência a precarização que atinge os próprios assistentes sociais, enquanto classe trabalhadora, se tornando cada vez mais comum a contratação por meio de vínculos temporários, como é emblemático desde a implementação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), em 2005, movido pelo crescimento do número de assistentes sociais contratados pelos municípios, via processo seletivo simplificado, indicação política ou contratação por tomada de preço.

As questões que perpassam o trabalho dos assistentes sociais são, também, de cunho estrutural, e até refletem na condição de saúde/doença desse trabalhador, como evidenciou o estudo do CFESS (2010) para subsídio da luta pela redução da jornada de trabalho, “Entre os profissionais da saúde, o/a assistente social, ao lado do médico e do enfermeiro, é o que apresenta um dos maiores índices de estresse, fadiga mental, desgaste físico ou psicológico”

No campo da educação superior, como estratégia de formação e qualificação da classe trabalhadora, partir do reordenamento das tendências apresentadas pelo mercado, ganhou centralidade a ampliação do deslocamento desse setor da esfera de responsabilidade estatal para a dimensão dos “serviços”. E, nessa estratégia observa-se o “boom” do avanço das matrículas da educação superior no país, que saltou de 1,5 milhão para 8,0 milhões de matrículas do ano de 1990 para o ano 2015, registrando-se exponencial o crescimento da matrícula na rede privada de ensino superior, que em 2015 dispunha de mais de seis milhões de matrículas entre as oito milhões registradas naquele ano.

Se considerar-se o ano de 2015 a soma dos números de matrícula na rede pública, levando em conta as instituições federais, estaduais e municipais, registra-se um total de 1.990.078 alunos matriculados, representando 25% do total dos alunos matriculados. A educação privada desponta com um total de

¹⁰ Trata-se de parte da plataforma política do governo do Presidente Michel Temer (2016 – 2018), que emerge ao poder, no nosso entender, de forma ilegítima, sob a batuta de um golpe institucionalizado, com respaldo do poder judiciário e do congresso nacional. Para aprofundamento sobre o tema: IASI, Mauro. Política, Estado e Ideologia na trama conjuntural. ICP, São Paulo, 2017.

6.058.623 matrículas, perfazendo mais que o dobro do total, com mais de 75% dos alunos inseridos na educação superior no país no setor privado.

Essa abertura da educação superior como descaracterizado bem público, evidencia-se por dois fatores: primeiro na tendência da privatização adotada e exposta no quadro acima. Segundo, a marca dessa privatização pela via de educação à distância, em 2004 o Brasil contava com 309.957 alunos matriculados nessa modalidade; já em 2007, passou para 972.826 alunos (ABRA/EAD, 2008, p. 22). De acordo com o Censo da educação superior divulgado em 2016, o país conta com um total de 1.393.752 matrículas na modalidade a distância (INEP, 2016, p.37).

Apesar da garantia do acesso à educação superior por essa modalidade de ensino, estudos apontam uma crescente degradação no processo formativo, para os estudantes da EaD, é precário o incentivo à pesquisa e à extensão (integrantes do tripé da Educação Superior), além da fragilidade no acompanhamento do estágio supervisionado (DAHMER, 2012).

Não obstante, esses dois aspectos são fundamentais para a apreensão das novas determinações no cotidiano do trabalho dos assistentes sociais, bem como da formação profissional em Serviço Social.

Se por um lado, a tendência do trabalho, na esfera pública, passa por tamanho desmonte, que implica na a) limitação do desenvolvimento das atividades profissionais, devido a desestruturação física dos setores e órgãos públicos, a realidade do b) rebaixamento do valor pago pela mão de obra, e o consequente c) acúmulo de mais de um vínculo dos assistentes sociais, para garantir melhor renda, além da d) forma extremamente frágil de contratação desses profissionais, via contratos temporários, implica na priorização do trabalho sob pressão por responder demandas imediatas, com redução do trabalho à esfera eminentemente burocrática, potencializando em escala ampliada a incorporação da *recionalidade formal abstrata* (cf. GUERRA, 2011).

Por outro lado, a formação profissional é perpassada por esse “boom” do acesso ao ensino superior, que, por seu expediente absorve a lógica da formação em massa, com uma tendência a nutrir-se da instrumentalização reduzida ao atendimento da demanda útil, em função de possibilitar “A resposta direta, pura e simples, instrumental-operativa, às demandas do

mercado” caminhando para a “neutralização dos conteúdos críticos da cultura profissional.” (NETTO, 1996 p. 123/124). Sendo, portanto, essas duas dimensões desafiadoras à categoria e a capacidade de gestar estratégias de resistência e enfrentamentos, uma demanda cada vez mais recorrente aos assistentes sociais.

4. Conservadorismo nos marcos da resistência da categoria de assistentes sociais

Não obstante, inserido entre os “complexos de complexos” (cf. Lukács, 2013) o Serviço Social tem seu percurso histórico marcado pelo traço do conservadorismo social desde o seu surgimento, de acordo com Iamamoto (2011), “(...)emerge como uma atividade com bases mais doutrinárias que científicas, no bojo de um movimento de cunho reformista-conservador”. (IAMAMOTO, 2011, p. 21)

Entretanto, não é novidade a convivência concomitante do pensamento conservador e os ideais progressistas ou revolucionários no seio da profissão, pois o seu percurso histórico, desde a sua institucionalização até os dias atuais, marca-se reiterativamente pela retomada de posturas e práticas que remontam o conservadorismo, próprio do seu surgimento, muito embora revestido de roupagens adversas, com traços peculiares de cada contexto histórico. Esta tendência traduz-se na profissão pela reivindicação ao pensamento conservador, que “no cenário brasileiro indicam um processo de acúmulo de forças de natureza teórico-conceitual para subsidiar uma guinada à direita – de caráter filofascista – do Estado brasileiro” (SOUZA, 2016, p. 185/186).

Nesse diapasão, Segundo Maranhão (2014) há um sobressalto do pensamento conservador no seio da profissão mesmo diante da hegemonia “institucional” do pensamento social crítico, de modo que há na “ponta” (espaços de ocupação dos profissionais) transcendendo com cada vez mais força para a academia o sobrevalor do “saber prático” empiricista.

Para o autor, isso aparece como uma contradição latente, uma vez que todo o esforço da categoria desde as décadas de 1960 e 1970 tem sido de

romper com uma perspectiva conservadora e, potencializar a leitura e intervenção social com base na vertente crítica.

Não há, portanto, distanciamento da repercussão ideo-política da ofensiva capitalista sobre a cultura profissional, de modo que, o pensamento hegemônico burguês no capitalismo contemporâneo produziu um “[...]esvaziamento da compreensão crítica da sociedade, através do estímulo a análises superficiais da realidade e à necessidade de dar respostas de efeito útil”. (MOTA e AMARAL, 2014, p.25),

É no rastro da conjuntura histórica, que se forjam as condições apropriadas para a afirmação e alastramento do conservadorismo como prática social generalizada e, por conseguinte, se espraia ao bojo do cotidiano profissional, engrossando cada vez mais o caldo cultural da profissão, tanto do ponto de vista da prática, como nos debates acadêmicos em torno dos dilemas que rondam o serviço social.

No campo das estratégias e possibilidades de se garantir uma formação profissional sob a condução da teoria social crítica, a partir da apreensão da totalidade das relações sociais, desponta o que Mota (2014, 2016) define como sendo a consolidação do processo de amadurecimento histórico da profissão, com a consolidação da pós-graduação na área, da qual germina relevantes pesquisas, majoritariamente fundamentadas no campo crítico marxista e, sobretudo promovendo interlocução com a realidade, não reduzida a uma visão utilitarista instrumental, mas, em que parte-se para apreensão dos fenômenos aparentes, na ânsia de compreender seus determinantes e implicações sobre a vida social e seus rebatimentos sobre o fazer profissional.

Nesses termos, faço coro com Mota (2014) e penso que reduzir a pesquisa ao campo do utilitarismo das respostas profissionais, com ênfase na aparência dos fenômenos imediatos, próprios do cotidiano, implica em esvaziar a produção do conhecimento no Serviço Social das necessárias conexões entre a profissão/o fazer profissional, com suas particularidades e os determinantes da sociabilidade burguesa, que estão na base de geração das demandas próprias da profissão.

Desse modo, diante do alastramento das concepções conservadoras, com intercorrência na prática e na formação profissional, a pesquisa e

produção do conhecimento na área, nos marcos da crítica marxista, tanto tende a formação de um lastro político-ideológico para subsidiar a intervenção, a partir da disponibilização de ferramentas para os profissionais procederem a apreensão das determinações reais, geradoras das demandas dos seus usuários, como constitui-se instrumento de enfrentamento político da categoria, uma vez que confere ao Serviço Social o respaldo acadêmico de sínteses e análises sobre os diversos temas relacionados à produção e reprodução social, o que resguarda o acúmulo histórico, social e político da categoria, além de gestar-se como ferramenta qualificada de disputa no seio da “[...]nova geração e assistentes sociais que se afasta, cada vez mais, das diretrizes curriculares da profissão[...]” proveniente do processo, já apresentado, da massificação do ensino superior nos moldes vigentes no Brasil (MOTA, 2014, p.36).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento dos complexos sociais, em caráter nacional e internacional revela que as estratégias de sobrevivência engendradas pelo capitalismo, como meio de garantir e ampliar as bases de exploração do trabalho e acumulação de valor, tem no conservadorismo uma ferramenta cada vez mais expressiva e ameaçadora dos processos de resistência à ordem burguesa, que, transversalmente impregna desde as dimensões das organizações familiares, tenciona para imposição da padronização dos comportamentos, expressa-se na cultura organizacional das instituições públicas e privadas, espraiando-se até à universidade, disputando a agenda da formação e da produção do conhecimento acadêmico.

O Serviço Social brasileiro, em passo paralelo ao movimento ora descrito, torna-se terreno fértil para a reprodução dos valores conservadores, tanto na formação como na prática profissional, por duas direções, a primeira é legatária da própria lógica do cotidiano das instituições, que se movem em consonância direta com os valores e princípios conservadores reificados pela sociabilidade burguesa. A segunda, é própria da formação acadêmica na área. Não resta dúvida de que as condições de expansão da educação superior no país, nas últimas duas décadas tem sido gestada com foco muito maior no

aspecto quantitativo que qualitativo, contribuindo para o aligeiramento da formação em nível superior, com forte tendência ao esvaziamento da indução ao pensamento crítico, ou mesmo do fomento a capacidade de pensar e refletir sobre o fazer, sobressaindo-se a lógica do “como fazer” em detrimento do “como e por que fazer”.

Não obstante, os dados de matrícula nos cursos de Serviço Social, com maior concentração na educação privada e forte tendência da educação à distância, dão conta da formação do que Mota (2014) designou por “exército profissional de reserva”, que, do ponto de vista do perfil profissional, pode-se inferir a tendência à formação de um hibridismo entre os profissionais formados com acesso ao acúmulo histórico da profissão (teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo), com estrutura da graduação a partir das diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), e os que formaram-se em matrizes curriculares tecnicista e alinhada eminentemente a funcionalidade da profissão aos princípios da sociabilidade burguesa.

Desse modo, caminha-se para a formação de um “exército instrumentalista profissional de reserva”. Aponta-se assim, uma tendência à geração de um novo perfil profissional para a categoria, e em se mantendo as lógicas da atualidade sobre a formação profissional, em pouco tempo tende-se para a gestação de dois perfis muito distintos de profissionais, fato que deverá merecer maior atenção das entidades da categoria e vanguarda da profissional.

Outra frente impactada por essa disputa é o campo da pesquisa e produção do saber na área. De certo que, a maturidade intelectual da profissão, por via da consolidação da pós-graduação e das pesquisas sobre os mais variados fenômenos subjacentes ao Serviço Social, convencionou-se como ponto pacífico na profissão, entretanto, questionamentos sobre a natureza das investigações e a cobrança do valor útil, para as respostas profissionais no cotidiano, tem sido esboçados, de modo que a divergência reside nos rumos majoritários das investigações, que se faz no Serviço Social, uma vez que estas tendem à apropriação dos fenômenos, a partir da dimensão da totalidade, seguindo nas trilhas das bases reais constitutivas desses fenômenos, e como direção apresentar ferramentas para os profissionais, em

seu cotidiano se apropriarem dessas bases e qualificarem cada vez mais sua intervenção, no sentido de garantir acesso à direitos, mas, nunca esquecendo do compromisso de classe assumido, pela categoria.

O pensamento contestador dessa tendência majoritária da pesquisa é alimentado pelos profissionais, embebidos das lógicas racionais abstratas, fundadas no pensamento conservador, e tem aconchego na academia, demarcando espaço e influência sobre considerável parcela de estudantes e professores, o que engrossa ainda mais o caldo da cultura profissional em movimento.

Assim, o cenário é de reatualização do conservadorismo, e reinvenção da modernização conservadora, mas é também da demarcação do espaço da intenção e ruptura e de afirmação da direção social da profissão, contudo, não é e não será tarefa simples manter o rumo nessa direção, o que requer que sigamos fortalecendo a pesquisa no campo crítico como ferramenta de instrumentalizar a luta e subsidiar uma intervenção crítica, garantir o fortalecimento das entidades (ABEPSS, CFESS e ENESSO) e antes de qualquer coisa, manter o alinhamento com as entidades da classe trabalhadora, na luta pela superação do capitalismo como modelo da organização da vida social.

REFERÊNCIAS

ABRA/EAD. **Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância, 2008**. 4. ed. São Paulo: Instituto Monitor, 2008.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

BHERING, Elaine R. Expressões Políticas da Crise e as novas configurações do Estado e da Sociedade Civil. In: CFESS; ABEPSS (Orgs.). **Serviço Social, Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília, 2009.

IBGE. **Relatório e pesquisa sobre os serviços no Brasil**. 2014. <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impresao.php?id_noticia=689>.

_____. **Relatório e pesquisa sobre os serviços no Brasil**. 2014. <<http://brasilemsintese.ibge.gov.br/servicos.html>>.

_____. Lei nº13.429/2017; Dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13429.htm> consultado em 12/06/2017.

_____. Sinopse do censo da educação superior no Brasil de 2015. IBGE, disponível em <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 18 jan. 2017.

_____. Censo da educação superior 2010: divulgação dos principais resultados do censo da educação superior. Brasília: INEP, 2011.

_____. Censo da educação superior: 2016 – resumo técnico. – Brasília : INEP, 2016.

_____. Plano da Reforma do Aparelho do Estado. Presidência da República, 1995. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf/@@download/file/Plano%20diretor%20da%20reforma%20do%20aparelho%20do%20estado%20-%201995.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2017. BRAZ, Marcelo; NETTO, José Paulo. **Economia Política**: uma crítica. São Paulo: Cortez, 2010.

CFESS. Porque o Conjunto CFESS-CRESS Defende 30 Horas de Jornada Semanal para Assistentes Social. Brasília, 2010. <http://www.cfess.org.br/arquivos/documentofavoravel_plc152-2008_final.pdf> Acesso em: 16 jun. 2017.

_____. Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/perfilas_edicaovirtual2006.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2012

DAHMER, Larissa Pereira. **Serviço social e educação.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do serviço social.** ed. 9. São Paulo: Cortez, 2011.

HARVEY, David. **O neoliberalismo história e implicações.** São Paulo: Edições Loya, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 13. ed. São Paulo, Cortez 2007.

_____. **Serviço Social em tempo de Capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2011.

IASI, Mauro. **Política, Estado e Ideologia na trama conjuntural**. São Paulo: ICP, 2017.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra 2002.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe**. Estudo sobre a dialética marxista, Martins Fontes. São Paulo, 2003.

_____. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARANHÃO, César Henrique. Uma peleja teórica e histórica: serviço social, sincretismo e conservadorismo. In: MOTA, A. E.; AMARAL, A. (Org.) **Serviço social brasileiro nos anos 2000: cenários, pelejas e desafios**. Recife: editora UFPE, 2014.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Tradução Reginaldo Sant'Anna. 34. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. Livro primeiro. 2 v.

_____; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2010.

MOTA, Ana Elizabete. **A nova fábrica de consensos**: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao serviço social. Recife, Cortez, 1998.

_____. SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: insurgência intelectual e legado político. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira (Org.). **Serviço social no Brasil: história de resistências e de rupturas com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

_____; AMARAL, Angela Santana (Orgs.) **Serviço social brasileiro nos anos 2000: cenários, pelejas e desafios**. Recife: Editora UFPE, 2014.

NETTO, José Paulo. Transformações Societárias e Serviço Social: Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, ano XVII, abr. 1996.

_____. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira (Org.). **Serviço social no Brasil: história de resistências e de rupturas com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

SLEE, Tom. **Uberização**: a nova onda do trabalho precarizado. São Paulo: Elefante, 2017.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. **Tendências Ideológicas do Conservadorismo**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.